



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

STELINE DIAS SILVA

**COMPRAS SUSTENTÁVEIS: VANTAGENS E DESAFIOS PARA A
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAMAÇARI - BA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

STELINE DIAS SILVA

**COMPRAS SUSTENTÁVEIS: VANTAGENS E DESAFIOS PARA A
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAMAÇARI - BA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientador: Prof.^a M.^a Ailana Linhares de Sousa Medeiros.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

S583c

Silva, Steline Dias.

Compras sustentáveis : vantagens e desafios para a administração pública do município de Camaçari - BA / Steline Dias Silva. - 2018.

37 f. : il.

Monografia (especialização) - Instituto de Educação a Distância, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2018.

1. Camaçari (BA) - Administração. 2. Compras (Serviço público) - Camaçari (BA).
3. Política pública. 4. Sustentabilidade e meio ambiente - Camaçari (BA). I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 658.72

STELINE DIAS SILVA

**COMPRAS SUSTENTÁVEIS: VANTAGENS E DESAFIOS PARA A
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAMAÇARI - BA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Aprovada em: 18/10/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a M.^a Ailana Linhares de Sousa Medeiros (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof.^a Dr.^a Sandra Maria Guimarães Callado

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof.^a M.^a Maria do Socorro Maia Silva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Dedico especialmente a minha avó Delina de Jesus (*in memoriam*), a minha mãe Romilda Dias minha grande fonte de inspiração, aos meus irmãos Stell Dias e Stela Dias, pelo incentivo para a realização desta nova etapa, e ao meu companheiro Antonio Bento pela motivação diária.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a DEUS, pelo dom da vida, aos amigos espirituais pela força e coragem durante esta caminhada e por conseguir finalizar mais uma etapa dessa jornada.

À minha mãe Romilda, grande incentivadora em meus estudos, sem a senhora eu não seria nada, obrigada pela força e amor demonstrando ao longo dos anos.

Aos meus irmãos Stell e Stela pelo carinho e compreensão.

Aos meus sobrinhos Shédia e Gabriel e por entender as minhas faltas, por me demonstrar tanto amor, a Adrian e Stiven vocês são um presente de Deus em minha vida.

Ao meu companheiro Antonio Bento pela paciência e carinho diário, obrigada pelo apoio incondicional.

A minha amiga Ana Maria que me acompanhou nessa jornada, e aos demais não citados, porém não menos importantes, pelo apoio, companheirismo, pelos momentos de amizade, mostrando que a união faz a força.

A minha orientadora Ailana Linhares de Sousa Medeiros, por especial dedicação e colaboração apresentada ao longo do processo de construção deste trabalho, que foram decisivos para a sua concretização.

“A persistência é o caminho do êxito”.

Charles Chaplin

RESUMO

Este estudo tem por objetivo melhor conhecer o Sistema de Compras Públicas Sustentáveis, adotado pela Prefeitura Municipal de Camaçari, cuja implantação se verificou entre os anos de 2016 e 2017. Para tanto, foram considerados como parâmetros, a identificação das vantagens decorrentes de tal implantação, a identificação das dificuldades enfrentadas com a implantação e execução e a análise do impacto decorrente de tal processo. No curso do referencial teórico, que foi dividido em cinco subcapítulos, foi apresentada inicialmente o processo que envolve a sustentabilidade nas compras públicas, sendo este precedido da sustentabilidade no contexto social e econômico, a importância das compras públicas no Brasil, a Lei 8.666/93 e suas alterações, finalizando com as vantagens e desafios das compras públicas sustentáveis. Neste estudo de caso, foi aplicada, inicialmente, uma entrevista contendo aplicação de questionário e roteiro específico, devidamente estruturados, envolvendo os principais gestores participantes deste processo. Em seguida, foi realizada uma pesquisa documental com base em relatórios gerenciais disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Camaçari. De posse das informações coletadas nestes dois processos, realizou-se uma análise comparativa destas com o referencial teórico apresentado. O resultado final gerado, reforça e embasa a teoria quanto a importância e vantagens atingidas com a adoção de uma política pública voltada para compras sustentáveis na administração pública, apresentando assim, consideráveis resultados, dentre os quais podemos citar: redução de 30% dos custos com tratamento e destinação de lixo ambiental nas unidades da Prefeitura e de 17% nos custos com recuperação nos danos ambientais; redução de 53% dos custos de manutenção e aumento de 42% na vida útil para máquinas e equipamento sustentáveis; aumento de 75% da oferta de empregos em fornecedores de bens e serviços de natureza sustentável; e aumento de 45% na quantidade de empresas sustentáveis participantes de processo licitatório.

Palavras-chave: Camaçari (BA) - Administração. Compras (Serviço público) - Camaçari (BA). Política pública. Sustentabilidade e meio ambiente - Camaçari (BA).

ABSTRACT

This study aims to better understand the Sustainable Public Procurement System, adopted by the Municipality of Camaçari, whose implementation took place between the years 2016 and 2017. To do so, it was considered as parameters, the identification of the advantages resulting from such implantation, the identification of the difficulties faced with the implementation and execution and the analysis of the impact resulting from such process. In the course of the theoretical referential, which was divided and five sub-chapters, the process involving sustainability in public procurement was presented initially, which preceded sustainability in the social and economic context, the importance of public procurement in Brazil, Law 8.666 / 93 and its amendments, ending with the advantages and challenges of sustainable public procurement. In this case study, an interview was initially applied containing a questionnaire and a specific script, duly structured, involving the main managers involved in this process. Then, a documentary research was carried out based on management reports made available by the Municipality of Camaçari. With the information collected in these two processes, a comparative analysis of these was carried out with the theoretical reference presented. The final result generated reinforces and supports the theory about the importance and advantages achieved with the adoption of a public policy focused on sustainable procurement in public administration, thus presenting considerable results, among which we can mention: reduction of 30% treatment and disposal of environmental waste in the City Hall units and 17% in the costs of recovering from environmental damages; reduction of 53% in maintenance costs and a 42% increase in the useful life of sustainable machinery and equipment; 75% increase in the supply of jobs in suppliers of goods and services of a sustainable nature; and a 45% increase in the number of sustainable companies participating in the bidding process.

Keywords: Camaçari (BA) - Administration. Public policy. Purchase (Public service) - Camaçari (BA). Sustainability and environment - Camaçari (BA).

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Resultado da pesquisa com os gestores (pergunta 1)	21
Quadro 2	Resultado da pesquisa com os gestores (pergunta 2)	22
Quadro 3	Resultado da pesquisa com os gestores (pergunta 3)	23
Quadro 4	Resultado da pesquisa com os gestores (pergunta 4)	24
Quadro 5	Resultado da pesquisa com os gestores (pergunta 5)	25
Quadro 6	Análise comparativa de desempenho com a implementação do processo de compras sustentáveis (2017 x 2016)	28

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1	SUSTENTABILIDADE NAS COMPRAS PÚBLICAS	15
2.2	A SUSTENTABILIDADE NO CONTEXTO SOCIAL E ECONÔMICO.....	15
2.3	A IMPORTÂNCIA DAS COMPRAS PÚBLICAS NO BRASIL.....	16
2.4	LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES	17
2.5	VANTAGENS E DESAFIOS DAS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS	18
3	MÉTODO DE PESQUISA.....	20
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	21
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
	REFERÊNCIAS	33
	APÊNDICE	35

1 INTRODUÇÃO

Por conceito clássico da Comissão Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, podemos definir sustentabilidade como a capacidade das gerações atuais suprirem suas necessidades, tendo como preocupação que as gerações futuras também conseguissem suprir suas próprias necessidades. Esta comissão é responsável por estudar quais os efeitos negativos, gerados pelo consumo desenfreado e inconsciente de bens e serviços; por identificar quais as consequências das atividades humanas recai sobre o planeta, e por entender quais os padrões de crescimento e desenvolvimento poderiam se tornar insustentáveis, decorrentes da falta de preocupação com os limites de recursos naturais disponíveis no meio ambiente.

Seguindo por este viés, a Comissão Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, reunida em Joanesburgo, no ano de 2002, apresentou um novo conceito, denominando-o de compras verdes, que consistia em estimular políticas públicas voltadas para aquisição de produtos e serviços que demonstrassem preocupação e cuidado com o meio ambiente.

“Promover políticas de contratação pública que favoreçam o desenvolvimento e a difusão de mercadorias e serviços favoráveis ao meio ambiente” (United Nations, 2002, p.103).

No que concerne à administração pública, quer seja da esfera municipal, estadual ou federal, a compra sustentável, refere-se a um procedimento administrativo formal que visa atendimento às necessidades públicas, propiciando benefícios ambientais, sociais e econômicos de natureza sustentável.

Se por um lado, verificamos a existência de muitas experiências práticas voltadas à compra sustentável nas três esferas do poder executivo brasileiro, trabalhos acadêmicos neste viés não tem conseguido alcançar o mesmo êxito, demandando assim por mais estudos e pesquisas neste campo.

Poucos são os trabalhos disponíveis que estudam este tema. Estes, em sua maioria são realizados em instituições federais de ensino e pesquisa, conforme descreve a Revista de Administração Pública, onde relata as opiniões de especialistas, dentre os quais, podemos citar: GALLI (2014); HEGENBERG (2013); ROSSATO (2011) e SANTOS (2011).

Como ponto de partida para que a Administração Pública possa realizar

processo licitatório e consequente efetivação de compra por produtos e serviços dentro do viés de sustentabilidade, necessário se faz, além de uma revisão na legislação local vigente, que os compradores públicos estejam devidamente preparados para que possam realizar o certamente de forma eficiente e eficaz, na busca por maiores e melhores resultados. Neste sentido, deverá ser adotada cuidadosa análise tanto quanto a real necessidade do ente público, como também quanto às características das mesmas.

Outro fator importante a ser considerado, favoravelmente, para o desenvolvimento do mercado ofertante de bens e serviços de caráter sustentável, está no volume financeiro de negócios que o poder público consegue movimentar, tornando-o assim o mais importante comprador nacional. Ratificando esta afirmação, segundo dados do Ministério do Meio Ambiente (MMA), o governo brasileiro destina mais de 600 bilhões de reais para a aquisição de bens e contratação de serviços. Outra constatação neste sentido é que, conforme Silva e Barki (2012), o Brasil movimenta, em compras governamentais, recursos entre 10 e 15% do PIB.

Assim, quanto mais a esfera municipal buscar realizar processos licitatórios com base em critérios de sustentabilidade, maiores serão os benefícios socioambientais com a redução de seus impactos negativos, como também maiores serão os estímulos ao desenvolvimento de novos fornecedores e alternativas de produtos e serviços sustentáveis.

Diante do exposto anteriormente, o referido trabalho visa identificar até que ponto a administração pública do município de Camaçari têm destinado esforços na busca pela adoção de uma política de compras com base em produtos e serviços de natureza sustentáveis, como estas iniciativas são realizadas e se estas conseguem atingir seus objetivos propostos.

Dentre os fatores a serem verificados para compreensão quanto ao caráter de ser ou não vantajoso realizar processo de licitação e compras de natureza sustentável, podemos destacar: possibilidade de compras compartilhadas com consequente redução de custos; satisfação das necessidades da administração com a redução dos impactos socioambientais e consequente diminuição dos problemas de saúde a população; custos ao longo do ciclo de vida dos produtos e serviços (utilização, manutenção e eliminação); possibilidade de ampliação dos níveis de estímulo ao consumo sustentável; surgimento de ações inovadoras por partes dos fornecedores; e aumento do nível de competitividade da indústria brasileira.

No que diz respeito aos entraves enfrentados para a disseminação dos processos de compras sustentáveis, podemos enfatizar 2 (duas) questões mais significativas: o baixo nível de conscientização quanto à necessidade real por consumo responsável dos recursos naturais, mesmo com a ampla divulgação e discussão quanto a este tema, e a forte percepção de que compras de produtos e serviços sustentáveis apresentam custos financeiros mais elevados, uma vez que outros fatores a serem considerados para tal análise, não são levados em consideração.

A administração pública do município de Camaçari, deverá então, procurar atuar objetivando adotar uma política de compras eficiente e eficaz com foco e critérios de sustentabilidade. Desta forma, surge a necessidade de uma mudança cultural com quebra de paradigmas quanto a questões relacionadas ao meio ambiente, principalmente quanto as formas de produção e consumo.

O município de Camaçari, a exemplo de diversos outros espalhados pelo Brasil, destina consideráveis volumes financeiros para concretização de compras de produtos e serviços com objetivo de atender às demandas do poder público. Assim, faz-se necessário manter um elevado grau de conscientização ao longo do processo licitatório, objetivando com que as compras sejam efetivamente realizadas em prol da coletividade e com especial atenção à manutenção e ao cuidado com o futuro dos recursos não renováveis.

O Objetivo Geral deste estudo é apresentar a importância da adoção de uma política pública voltada para compras sustentáveis e os desafios em sua implantação, no município de Camaçari - Bahia.

Como objetivos específicos que darão sustentação ao objetivo geral, temos: identificação das vantagens, para a administração pública, com a adoção de processo licitatório e de compras com base em critérios de sustentabilidade; identificação das dificuldades enfrentadas com a implantação e execução de uma política de compras sustentáveis na administração pública; e análise do impacto gerado com a adoção de uma política pública com base em critérios de sustentabilidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 SUSTENTABILIDADE NAS COMPRAS PÚBLICAS

Para fundamentar a proposta deste estudo e relatar a importância do papel das compras públicas sustentáveis, faz-se necessário aprofundar o posicionamento de autores, pesquisadores e estudiosos sobre o desenvolvimento sustentável e licitações sustentáveis.

Desta forma, a abordagem ocorrerá sobre suporte teórico no que diz respeito a compras públicas sustentáveis e desenvolvimento sustentável, adotado pelo Município de Camaçari-Ba.

2.2 A SUSTENTABILIDADE NO CONTEXTO SOCIAL E ECONÔMICO.

No que tange ao conceito de desenvolvimento sustentável, este encontra-se em forte e constante processo evolutivo. Isso decorre, sobretudo em função de seu elevado grau de complexidade e abrangência, não se limitando assim a uma única dimensão de compreensão.

A sustentabilidade baseia-se na necessidade de se garantir a manutenção de recursos não renováveis em níveis necessários e que possibilitem o consumo de todos. Esta garantia, pode ser atingida por intermédio de projetos de políticas públicas de proteção ambiental, social e desenvolvimento econômico. Não se trata somente de reduzir o consumo, mas, sobretudo, de conscientizar da sociedade para consumir de forma a garantir igualdade de consumo para todos.

Para que isto seja possível, o poder público, enquanto agente de mudanças, possui papel fundamental no sentido de concentrar esforços, para a construção de um novo modelo de desenvolvimento, respeitando os limites do planeta. (BRASIL, 2010).

Diversos autores têm trabalhado de forma marcante o referido tema. Dentre estes autores, podemos destacar Oliveira e Santos. Estes afirmam que:

Os avanços tecnológicos advindos desde a Revolução Industrial, a política de crescimento econômico incondicional e o aumento da população trouxeram em seu bojo importantes reflexos para o meio ambiente e para a sociedade. O modelo de desenvolvimento atual caracteriza-se pela exploração descontrolada e irresponsável dos recursos naturais, com a

finalidade de alimentar um padrão de consumo irracional, que se efetiva de forma assimétrica em diferentes partes do mundo e dentro de cada nação. Enquanto uns transferem para o consumo a própria razão de existência, outros nem sequer conseguem manter as condições materiais elementares à própria sobrevivência. Contudo, o problema do consumo parece reduzir-se a uma questão meramente individual, distante de qualquer envolvimento institucional capaz de mexer nas estruturas vigentes e torná-las mecanismos efetivos de inclusão social e indução de comportamentos socioeconômicos sustentáveis. (OLIVEIRA; SANTOS, 2015 p. 192)

Diante disso, para que seja possível atingir elevados níveis de sustentabilidade, o ser humano somente deveria usar o que a natureza oferta, dentro do limite de renovação do que está sendo consumido. Faz-se assim, necessária adoção de comportamentos e estilos de vida com foco no desenvolvimento, levando-se em consideração o bem-estar coletivo e não o lucro pessoal e individual.

2.3 A IMPORTÂNCIA DAS COMPRAS PÚBLICAS NO BRASIL

As compras públicas sustentáveis ganharam espaço após Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de Johannesburgo, conhecida como Rio+20, realizada de 13 a 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro.

Em Marrocos, no início de 2003, importante iniciativa foi adotada. Esta consistia em que cada país membro participante das Nações Unidas, desenvolvesse um plano de ação, aplicável e concreto, a ser compartilhado com os outros países, no sentido de adotar, voluntariamente, modelos de produção e consumo sustentáveis, sendo este denominado de “Processo de Marrakesh”.

“Tornar as economias dos países mais verdes, ajudar empresas no desenvolvimento de modelos de negócios amigáveis ao meio ambiente e conscientizar a população para um estilo de vida mais saudável” (BARTHOLO et al., 2012, p. 9).

Em 2007 o Brasil aderiu ao “Processo de Marrakesh” e no ano seguinte começou se articular e formular o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentável (PPCS), o qual foi divulgado em novembro de 2011, junto com o Ministério do Meio Ambiente (MMA).

No ano de 2010 lançou-se a versão preliminar deste plano disponível para consulta pela sociedade, organizações e governo. O PPCS trata-se de um pacto dos órgãos públicos que inclui as compras públicas sustentáveis, inserindo os critérios

socioambientais na compra de bens e contratação de serviços pela administração pública. Além de reforçar o papel do consumidor final na procura por produtos e serviços mais sustentáveis, articulando-se em três aspectos do desenvolvimento econômico, social e ambiental, com base no conceito de desenvolvimento sustentável. A proposta do PPCS é alterar o modelo de produção e consumo no Brasil, acelerando o processo do desenvolvimento sustentável da economia e da sociedade.

Neste contexto, segundo Bartholo et al.(2012) o Brasil, através de ações como adoção de políticas públicas adequadas, de articulações com outros agentes da sociedade, de melhorias e evoluções nas legislações, tem procurado cumprir seu papel, enquanto agente de novos modelos de consumo consciente, adotando assim, postura que necessita ser consistente e forte, porém gradativa, na transição entre a necessidade de desenvolvimento econômico e o desenvolvimento sustentável. Diante deste contexto, necessário se faz entender até que ponto o processo de reorganização dos meios de produção estão conseguindo enquadrar-se nesta nova conjuntura.

Apesar da questão apresentada anteriormente, iniciativas estão sendo tomadas no sentido do surgimento e desenvolvimento de um mercado tanto produtor, quanto consumidor de produtos com selo de sustentabilidade.

No que tange à iniciativa pública, um bom exemplo de ação voltada para o fortalecimento de consumo de produtos sustentáveis está no direcionamento de no mínimo 30% dos recursos, originados no FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) e destinados à alimentação escolar, para aquisição de produtos com origem na agricultura familiar. (Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009)

2.4 LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES

Com o intuito de promover aquisição, por parte do ente público, de produtos e equipamentos que apresentem o menor impacto no meio ambiente, baixo consumo de energia e matéria prima, produção de resíduos em menor escala e maior vida útil, as licitações, no Brasil, a partir de Dezembro de 2010, sofreram importantes mudanças, tanto de natureza jurídica, quanto operacional, sendo estas consideradas forte aliadas no fortalecimento e consolidação da cultura de compras

públicas sustentáveis. (Lei nº 12.349, de 15 de Dezembro de 2010). Este processo, veio ser corroborado pela criação de critérios, práticas e diretrizes voltadas à promoção do desenvolvimento nacional das contratações sustentáveis realizadas pelo poder público e consequente instituição da Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (CISAP). (Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012).

Importante se faz ressaltar que, dentro dos princípios licitatórios defendidos pela Lei nº 8666/93, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração deverá ser sempre respeitada, porém, cabe ressaltar que a melhor proposta nem sempre deverá ser considerada a de menor valor, cabendo assim, aquisição de itens sustentáveis, ampliando assim a promoção de seu desenvolvimento.

2.5 VANTAGENS E DESAFIOS DAS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

Quando nos referimos a vantagens relacionadas à realização de compras públicas seguindo critérios de sustentabilidade, inúmeras poderiam ser descritas, porém, algumas merecem especial destaque: redução dos impactos ambientais; utilização mais eficiente dos recursos públicos; incentivo à inovação voltada para disponibilização de produtos e serviços sustentáveis; melhorias nas condições de saúde, trabalho e segurança dos grupos populacionais menos favorecidos; redução de gastos futuros com políticas de reparação com danos ambientais; redução de despesas com manutenção de bens adquiridos; e incentivo ao surgimento de mercados e empregos “verdes”. Este pensamento, pode ser corroborado por Biderman (2008).

Compra pública sustentável é uma solução para integrar considerações ambientais e sociais em todos os estágios do processo da compra e contratação dos agentes públicos com o objetivo de reduzir impactos à saúde humana, ao meio ambiente e aos direitos humanos. A compra pública sustentável permite o atendimento das necessidades específicas dos consumidores finais por meio da compra do produto/serviço que oferece o maior número de benefícios para o ambiente e a sociedade. (Biderman, 2008, p. 25)

Em sentido oposto, o que podemos denominar desafios, segundo Moura (2013), são desvantagens, apresentando assim as quatro mais significativas: o

aumento dos custos das aquisições; a visão de compradores públicos sobre restrições a competitividade nas licitações; a inexistência ou insuficiência de conhecimento por parte dos licitantes sobre requisitos socioambientais; e as dificuldades inerentes a cultura organizacional.

3 MÉTODO DE PESQUISA

Este trabalho, tem como princípio de análise, estudar o comportamento dos setores e gestores públicos participantes e integrantes do processo de implementação de uma política de compras com base em critérios de sustentabilidade.

Com o intuito de atingir o objetivo proposto neste estudo de caso, necessário se fez analisar o processo de implantação do sistema de compras sustentáveis realizado na Prefeitura Municipal de Camaçari, apresentando, para tanto, suas motivações, etapas, vantagens e dificuldades.

Diante da natureza do estudo, fizemos inicialmente entrevista individuais com os responsáveis pelas áreas financeira, licitação, compras e administração objetivando identificar possíveis informações adicionais, que poderiam complementar a base de análise para geração de resultado final do estudo, visto que este grupo de gestores são os responsáveis pelos setores mais importantes do processo de aquisição de bens e serviços da Prefeitura Municipal de Camaçari.

Neste sentido, adotamos questionário e roteiro específicos, devidamente estruturado, que foi adotado ao longo das entrevistas, tendo sido realizadas as perguntas, de forma sequencial.

Em seguida e objetivando complementar informações necessárias para o referido estudo, realizamos pesquisa documental tendo-se como base os resultados apresentados no ano anterior a tal implantação, comparando-o com os apresentados no ano de sua efetiva implantação. Diante disso, fomos capazes de analisar comparativamente os resultados apresentados nos dois cenários.

Os dados descritos no parágrafo anterior foram extraídos tanto de relatórios financeiros, quanto de compras e de estoque, disponibilizados pelos órgãos gestores da referida prefeitura, tendo sido estes usados como base comparativa evolutiva, verificada no município.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Como resultado da aplicação dos questionários de pesquisa junto aos gestores públicos envolvidos no processo da política pública de compras sustentáveis, obtivemos os seguintes resultados:

Pergunta 1: Em sua opinião, foi importante para o município de Camaçari ter adotado uma política pública de compras de produtos e serviços de natureza sustentável?

Justifique sua resposta:

Quadro 1 - Resultado da pesquisa com os gestores (pergunta 1)

SETOR	PERGUNTA	RESPOSTA
Licitação	Importância para o Município	O município enquanto grande demandante de serviço, pode acabar influenciado a população no sentido de adotar uma cultura de sustentabilidade; possibilita menor geração de resíduos com redução de impacto ambiental; e permite a reciclar e o reaproveitamento de produtos.
Compras	Importância para o Município	Promoção ao uso correto de recursos naturais reduzindo o impacto no meio ambiente; incentiva empresas que possuem um apelo ambiental e de preservação a desejarem vender para a prefeitura; possibilidade de realizar compras de produtos mais duráveis; destinação adequada dos recursos da prefeitura; promoção da proteção ao meio ambiente.
Administração	Importância para o Município	Prioriza a preservação do meio ambiente com redução de despesas para futura recuperação de danos ao meio ambiente; uso adequado dos recursos públicos; e possibilidade de redução de despesas com a necessidade de manutenção de bens adquiridos.
Finanças	Importância para o Município	Possibilidade de uso eficiente dos recursos públicos; ampliação da possibilidade de surgimento e instalação no municípios de empresas que objetivam atender a este nicho de mercado.

Fonte: dados coletados em entrevistas com gestores da Prefeitura Municipal de Camaçari-Ba (2018).

Pergunta 2: Para você, a adoção da política pública de compras de produtos e serviços de natureza sustentável no município de Camaçari gerou benefícios para a administração pública?

Justifique sua resposta:

Quadro 2 - Resultado da pesquisa com os gestores (pergunta 2)

SETOR	PERGUNTA	RESPOSTA
Licitação	Benefícios para a Administração Pública.	Economicidade principalmente em obras; reaproveitamento de materiais adquiridos com redução de custos no processo; possibilita o uso adequado dos recursos municipais; amplia a capacidade do município em elaborar práticas socialmente consciente junto à população, reforçando assim sua imagem perante os munícipes; e gera redução de despesas com a necessidade de recuperação de danos ambientais.
Compras	Benefícios para a Administração Pública.	Retorno financeiro, mesmo que a médio e longo prazo; e redução da quantidade de bens comprados que necessitam passar por processo de manutenção.
Administração	Benefícios para a Administração Pública.	Acabou por reduzir os gastos públicos que demandam por insumos de características ambientais.
Finanças	Benefícios para a Administração Pública.	Possibilita que a administração pública municipal tenha menores custos para recuperar o meio ambiente degradado

Fonte: dados coletados em entrevistas com gestores da Prefeitura Municipal de Camaçari-Ba (2018).

Pergunta 3: Para você, a adoção da política pública de compras de produtos e serviços de natureza sustentável no município de Camaçari gerou benefícios para a população local?

Justifique sua resposta:

Quadro 3 - Resultado da pesquisa com os gestores (pergunta 3)

SETOR	PERGUNTA	RESPOSTA
Licitação	Benefícios para a População Local.	Possibilita o surgimento de uma nova prática ambiental por parte da população, quando a mesma passa a observar a mesma postura pelo poder público, garantindo a longevidade dos recursos naturais; e passa a destinar maior cuidado com o processo de eliminação de resíduos perigosos, com a redução dos níveis de recursos naturais, com a redução dos níveis de poluição, gerando impactos positivos ao meio ambiente.
Compras	Benefícios para a População Local.	Redução do impacto ambiental, gerando melhor qualidade de vida para a população.
Administração	Benefícios para a População Local.	A economia gerada com o uso mais consciente de recursos públicos, acabam por possibilitar que os mesmos sejam revertidos em outros serviços para a população; possibilita uma melhoria nas condições de trabalho e saúde da população local; e ampliação do nível de empregos dentro do conceito de sustentabilidade.
Finanças	Benefícios para a População Local.	Melhoria na qualidade de saúde para a população mais carente.

Fonte: dados coletados em entrevistas com gestores da Prefeitura Municipal de Camaçari-Ba (2018).

Pergunta 4: Você e sua equipe tiveram dificuldades na a implantação do Sistema de Compras sustentável na Prefeitura Municipal de Camaçari?

Justifique sua resposta:

Quadro 4 - Resultado da pesquisa com os gestores (pergunta 4)

SETOR	PERGUNTA	RESPOSTA
Licitação	Dificuldades de Implantação.	Dificuldade em encontrar fornecedores dentro do perfil de sustentabilidade; necessidade de ajustes culturais sobre a real importância e necessidade de execução de processos licitatórios com base em itens sustentáveis; barreiras criadas por setores, gestores e servidores quanto aos custos elevados com a aquisição de serviços e produtos sustentáveis; dificuldade em convencer todo um sistema, quanto à necessidade de repensar sua forma de consumir; baixo nível de compreensão e clareza para determinar o que efetivamente precisa ser licitado e adquirido; e número ainda reduzido de licitantes voltados ao atendimento de natureza sustentável, impactando negativamente no nível de competitividade.
Compras	Dificuldades de Implantação.	O possível aumento dos custos de produção destes itens dificultaram a ampliação de fornecedores, reduzindo assim o nível de competitividade; falta de conhecimento técnico quanto aos fatores que determinam necessidades e requisitos básicos ambientais e sua legislação; barreiras e entraves culturais, referente às posturas de todos atores envolvidos; e dificuldade inicial na delimitação dos produtos e serviços demandados.
Administração	Dificuldades de Implantação.	Posturas e questões organizacionais acabaram por disseminar e implementar a cultura de aquisição de itens com viés de sustentabilidade; forte entendimento e compreensão referente aos custos mais elevados com aquisições de natureza sustentável; e desconhecimento, por parte dos licitantes, no que se refere à requisitos ambientais.
Finanças	Dificuldades de Implantação.	Entendimento inicial de que a aquisição de bens e serviços sustentáveis teriam um custo significativamente maior que os produtos e serviços sem esta característica; e baixo nível de compreensão quanto ao conceito de proposta mais vantajosa para a administração pública, para produtos e serviços sustentáveis, sendo considerado apenas o variável financeira, deixando de lado tanto a durabilidade, quanto os impactos negativos causados por aquisições de natureza não sustentável.

Fonte: dados coletados em entrevistas com gestores da Prefeitura Municipal de Camaçari-Ba (2018).

Pergunta 5: Em sua opinião, quais outros impactos você identificou com a implantação da política de compras sustentáveis no município de Camaçari?

Quadro 5 - Resultado da pesquisa com os gestores (pergunta 5)

SETOR	PERGUNTA	RESPOSTA
Licitação	Impactos com a Implantação.	Diminuição dos valores contratados; maior durabilidade dos produtos e serviços contratados; levou a gestão a melhor usar os recursos públicos; maior atenção à longevidade dos recursos naturais; consumo de forma mais responsável; e aumento da vida útil dos equipamentos adquiridos em licitações com caráter em sustentabilidade e conseqüente redução destes custos.
Compras	Impactos com a Implantação.	Estímulo ao uso de alternativas que possam proteger o meio ambiente; incentivo à inovação tecnológica para a geração de produtos e serviços com alto grau de sustentabilidade; e redução das despesas para recuperar os estragos gerados ao meio ambiente.
Administração	Impactos com a Implantação.	Proporcionou uma forte redução no impacto nocivo ao meio ambiente; possibilitou as empresas a realizarem investimentos com foco no desenvolvimento de serviços e produtos com foco em sustentabilidade; e o município acabou por alcançar metas de caráter ambiental, sem que houvesse necessidade de destinar recursos adicionais para este fim, como verificamos na gestão de recursos hídricos e resíduos sólidos.
Finanças	Impactos com a Implantação.	Levou a gestão a realizar um uso mais adequado e eficiente das finanças públicas; redução nos níveis de investimento municipal de caráter ambiental, uma vez que a aquisição de bens e serviços sustentáveis acabaram por propiciar impactos positivo ao meio ambiente; e queda nos custos com manutenção de máquinas e equipamentos adquiridos, quando comparados com itens adquiridos sem o conceito de sustentabilidade.

Fonte: dados coletados em entrevistas com gestores da Prefeitura Municipal de Camaçari-Ba (2018).

Com base na análise das informações colhidas a partir dos questionários de pesquisa, podemos perceber uma diversidade de justificativas nas respostas apresentadas em todas as 5 (cinco) perguntas realizadas. Entretanto, algumas questões foram mais latentes em seu nível de ocorrência.

Na primeira questão, que trata de interrogar quanto o nível de importância da realização de compras de caráter sustentável para o município, encontramos um maior nível de ocorrência para questões de ordem financeira, com a possibilidade de destinação correta de recursos financeiros, com a redução dos níveis de despesas com manutenção de máquinas e equipamentos e com redução de despesas referentes a necessidades de recuperação de danos ambientais.

Além destas questões, outra marcante, refere-se à proteção e preservação do meio ambiente, sendo esta realizada, sobretudo a partir da intensificação do processo de reciclagem e reaproveitamento de produtos e conseqüente redução na geração de resíduos sólidos e no nível de impacto ambiental.

A segunda questão apresentada aos entrevistados, que se refere aos benefícios para a administração pública, tem como objetivo, identificar as vantagens, para a administração pública, geradas com a adoção de processo licitatório e de compras com base em critérios de sustentabilidade.

A exemplo da primeira questão, também apresenta um forte enfoque financeiro, sendo este o mais marcante entre todos apresentados.

A preocupação como erário se dá não somente pelas prestações de contas com os controles internos, mas também os externos, que são fiscalizadores dos gastos públicos e notificam se há elevados gastos na aquisição de bens e serviços, mesmo que este sejam de natureza sustentável, os cuidados com os altos custos deverão ser mantidos.

Quando analisamos o nível de ocorrência das respostas apresentadas na questão três, que trata dos benefícios gerados pelo processo de compras sustentáveis para a população local, sendo esta ainda destinada à identificação das vantagens para a administração pública, são duas as justificativas mais presentes.

A primeira, trata da adoção de novas práticas ambientais com ampliação no nível de cuidado com preservação dos recursos ambientais, através de questões ligadas à redução do nível de poluição e de cuidado com o tratamento de resíduos perigosos, sendo este confirmado com a redução dos custos destinados à recuperação de dados ambientais (vide quadro 6), garantindo assim um elevado

nível de longevidade.

A segunda justificativa, e não menos recorrente, refere-se ao processo de aumento do nível de empregabilidade sustentável para a população (vide quadro 6), proporcionando assim uma maior qualidade de saúde e trabalho.

Tendo como base a questão quatro, cujo objetivo trata da identificação das dificuldades enfrentadas com a implantação e execução de uma política de compras sustentáveis na administração pública, as respostas mais significativas foram as relacionadas à possibilidade de aumento de custos; a escassez de fornecedores com perfil de sustentabilidade; a falta de conhecimento técnico quanto a descrição do que licitar, dos requisitos básicos do processo e das questões ligadas à legislação; e a entaves inerentes a barreiras culturais provenientes dos servidores públicos.

Por fim, em se tratando da quinta questão apresentada aos entrevistados, que objetiva analisar os impactos gerados com a adoção de uma política pública com base em critérios de sustentabilidade, foram apresentados, basicamente, dois grupos de respostas.

O primeiro, trata de questões de ordem financeira: redução dos valores contratados; aumento da durabilidade dos produtos e serviços contratados e executados; melhor uso dos recursos públicos; redução de despesas com manutenção; e a redução das despesas destinadas para o processo de recuperação do meio ambiente e atingimento das metas ambientais, sem necessitar destinar recursos financeiros adicionais.

Já o segundo grupo apresenta questões ligadas à destinação de maior nível de atenção ao uso de recursos naturais, ampliando assim seu nível de longevidade e ao estímulo ao uso de alternativas de proteção ao meio ambiente, sobretudo com a realização de consumo com maior nível de responsabilidade.

Objetivando complementar e ratificar as informações obtidas através do processo de entrevista realizada com os gestores públicos, quanto ao nível de importância da adoção de uma política pública voltada para compras sustentáveis e os desafios em sua implantação, no município de Camaçari – Bahia, procedemos com levantamento e análise de resultados oriundos de relatórios de desempenho adotados pela administração pública municipal de Camaçari - Ba.

Diante deste contexto, apresentaremos a seguir estes indicadores, partindo-se de uma análise comparativa entre os anos de 2016 e 2017, sendo o final do

primeiro ano, o período de concepção e preparação para operacionalização do modelo proposto. Assim, a gestão pública poderia, já nos meses iniciais de 2017, processar, efetivamente, com o que foi proposto e planejado.

A seguir, apresentamos o desempenho dos 9 (nove) indicadores de maior expressividade na referida análise de desempenho. Ressaltamos que a Administração da Prefeitura Municipal de Camaçari, em virtude de confidencialidade de informações, somente apresentou indicadores percentuais, não informando valores absolutos.

Quadro 6 - Análise comparativa de desempenho com a implementação do processo de compras sustentáveis - 2017 x 2016

ÍNDICE DE DESEMPENHO	% DE VARIAÇÃO DE 2017 X 2016
Custos com Tratamento e Destinação de Lixo Ambiental nas Unidades da Prefeitura Municipal de Camaçari – Bahia.	Redução de 30%
Custos com Aquisições Sustentáveis de Máquinas e Equipamentos.	Aumento de 27%
Custos com Manutenção de Máquinas e Equipamentos com Selo de Sustentabilidade, quando comparado com os mesmos itens não certificados.	Redução de 53%
Vida Útil das Máquinas e Equipamentos com Selo de Sustentabilidade, quando comparado com os mesmos itens não certificados.	Aumento de 42%
Custos com Recuperação de Danos Ambientais.	Redução de 17%
Quantidade de Licitações Sustentáveis	Aumento de 85%
Quantidade de Empresas Licitantes Sustentáveis.	Aumento de 45%
Oferta de Empregos Gerados por Empresas Sustentáveis – Empregos “Verdes”.	Aumento de 75%
Proposta de Instalação de Empresas Sustentáveis no Municípios – Próximos 3 anos.	Projeção de 23 Novas Empresas

Fonte: Prefeitura Municipal de Camaçari-Ba (2018).

Como podemos constatar nos números apresentados, temos uma tendência, favoravelmente positiva e que pode ratificar os efeitos gerados pela

adoção do modelo de compras sustentáveis. Apesar de todos os dados apresentados apresentarem elevados graus de importância, alguns merecem especial atenção.

O primeiro deles é a redução em 30% dos custos com tratamento e destinação de lixo ambiental nas unidades da Prefeitura Municipal de Camaçari, denotando uma tendência ao processo de acultramento e educação por parte dos servidores públicos e da população usuária dos serviços ofertados em cada unidade.

Outro índice, trata da redução de 53% nos custos com manutenção de máquinas e equipamentos e um aumento de 42% da vida útil destas máquinas e equipamentos, mesmo tendo em contrapartida um crescimento de 27% dos custos de aquisição, reforçando assim o conceito de que, para efeito de análise da proposta mais vantajosa para a administração pública, não devemos levar em consideração apenas o custo de aquisição.

Apesar de nos referirmos a um modelo de compras ainda muito pouco explorado, tivemos um aumento de 85% na quantidade de licitações destinadas à aquisição de bens e serviços de natureza sustentável, aliado a um aumento de 45% na quantidade de empresas licitantes ofertantes de bens e serviços sustentáveis, caracterizando assim uma tendência para os processos licitatórios realizados pela administração pública.

Por fim, tivemos a ampliação na quantidade de ofertas de empregos por empresas sustentáveis em torno de 75%, que tende a ampliar-se com a possibilidade de implantação, no município de Camaçari, ao longo dos próximos 3 (três) anos, de mais 23 (vinte e três) novas empresas de caráter sustentável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como base inicial os objetivos propostos, podemos concluir que o referido estudo conseguiu atingir suas propostas, e conseqüentemente, suas finalidades. Neste contexto, foi analisada, como pano de fundo, a importância da adoção de uma política pública voltada para compras sustentáveis e seus desafios de implantação, no município de Camaçari - Bahia. Para tanto, foram também analisadas as vantagens, para a administração pública, com a adoção de processo licitatório e de compras com base em critérios de sustentabilidade; a identificação das dificuldades enfrentadas com a implantação e execução de uma política de compras sustentáveis na administração pública; e a análise do impacto gerado com a adoção de uma política pública com base em critérios de sustentabilidade.

Com vistas a buscar subsídios que embasassem uma análise mais aprofundada do referido estudo de caso, inicialmente aplicamos entrevistas com os gestores dos setores com maior grau de envolvimento no processo. Em seguida, como uma segunda fase de análise, consideramos os principais indicadores de desempenho, adotados pela Prefeitura Municipal de Camaçari, para avaliação do resultado decorrente da implantação do processo de compras sustentáveis.

No que se refere aos resultados encontrados na pesquisa com os gestores, alguns pontos tiveram especial destaque.

Analisando a importância da implantação de compras sustentáveis para o município de Camaçari – Bahia, foram relevantes 2 (duas) considerações. A primeira diz respeito a questões de ordem financeira, sendo colocada a possibilidade de uso correto dos recursos públicos e de redução de despesas com manutenção e com recuperação de danos ambientais.

A questão financeira, se repete quando da apresentação de benefícios para a administração pública, sendo esta a mais recorrente.

Por outro lado, no que tange a benefícios para a população local, 2 (dois) grupos tiveram destaque. O primeiro está relacionado ao processo de adoção de novas práticas e cuidados que garantissem a longevidade dos recursos ambientais, com foco no cuidado com o tratamento de resíduos perigosos e redução dos níveis de poluição. O segundo relaciona-se com o aumento na quantidade de empregos gerados por ações com foco em sustentabilidade e melhoria no nível de qualidade da saúde e do trabalho destes profissionais.

A quarta questão apresentada aos entrevistados, relaciona-se com as dificuldades encontradas com a implantação do processo de compras sustentáveis. Nesta, 6 (seis) questões foram apresentadas com mais destaque: entraves criados em função da possibilidade de aumento de custos; barreiras culturais geradas por parte dos servidores públicos; escassez de fornecedores com perfil voltado à produção de bens e serviços com foco em sustentabilidade; falta de conhecimento técnico referente à legislação vigente; desconhecimento quanto aos requisitos básicos para realização do processo de compras desta natureza; e a dificuldade em descrever, de forma clara e adequada, os produtos e serviços que demandam ser licitados.

Por fim, no que se refere a última questão, quando questionados sobre os impactos gerados com a implantação do processo de compras sustentáveis, mais uma vez, a exemplo do que ocorreu com as outras questões, tiveram maior significância questões de ordem financeira e relacionadas a recursos naturais. No primeiro grupo, os impactos foram: redução dos valores contratados; aumento na durabilidade dos produtos e serviços; melhor uso dos recursos públicos; redução nos custos com manutenção de máquinas e equipamentos; e a redução das despesas com processo de recuperação ambiental. Já no segundo grupo, foram descritos os seguintes impactos: aumento no nível de longevidade dos recursos ambientais; ampliação do nível de estímulo ao uso de formas alternativas de proteção ambiental; e o aumento do nível de responsabilidade voltado para o consumo consciente.

Quando partimos para análise dos indicadores de desempenho, percebemos que, apesar do aumento nos custos de aquisição, o que poderia ser caracterizado como negativo, tivemos também a apresentação de pontos positivos como: redução dos custos de manutenção; redução dos custos de tratamento de lixo ambiental; redução dos custos de recuperação de danos ambientais; aumento da vida útil dos itens adquiridos; aumento da oferta de empregos gerados pelo mercado sustentável; aumento da quantidade de empresas com foco em sustentabilidade; e aumento da quantidade de empresas licitantes. Estes resultados, certamente, acabam por tornar o processo positivo em seu contexto global.

Como podemos perceber, os resultados encontrados com a pesquisa realizada com gestores da Prefeitura Municipal de Camaçari e com os indicadores de desempenho adotados pela gestão, quando confrontados com o referencial

teórico, reafirma que, apesar dos desafios e dificuldades encontradas, as vantagens apresentadas conseguem ser mais significativas, demonstrando assim a importância da adoção de uma política pública com base em processo de compras sustentáveis. Assim sendo, este estudo deixa de contribuição a sugestão de que este processo de compras sustentáveis seja disseminado nos municípios que ainda não o fazem, gerando assim consideráveis resultados positivos para a administração pública, para a população e, sobretudo, para o meio ambiente e para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

- BARTHOLLO, Roberto; AFONSO, Rita; PEREIRA, Isabella. **Compras Públicas Sustentáveis no Brasil**. Segundo relatório da pesquisa Leveraging Buying Power for Development: Ethical Consumption and Sustainable Procurement in Chile and Brazil. Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social COPPE/UFRJ, 2012. p. 1-40. Disponível em: <https://assets.publishing.service.gov.uk/media/57a08a7ced915d3cfd0007bc/60956-Compras-publicas-sustentaveis.pdf>. Acesso em: 23 de Jul. de 2018.
- BIDERMAN, Rachel et al. (Org.). **Guia de Compras Públicas Sustentáveis – Uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Brasília: [s.n.], 2008. 152 p.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 23 de Jul. de 2018.
- Decreto-lei nº 2.300**, de 21 de novembro de 1986. Brasília, DF: Senado 1986. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1980-1987/decreto-lei-2300-21-novembro-1986-365211-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 de Ago. de 2018.
- Instrução Normativa nº 01**, de 19 de janeiro de 2010. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação 2010. Disponível em: <https://www.governodigital.gov.br/documentos-e-arquivos/legislacao/INSTRUCAO%20NORMATIVA%20N.%2001%20de%202010%20-%20Compras%20Sustentav.pdf/view>. Acesso em: 10 de Ago. de 2018.
- Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Governos Locais pela Sustentabilidade – ICLEI. **Guia de Compras Públicas Sustentáveis para Administração Federal**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/guia_compras_sustentaveis.pdf. Acesso em: 23 de Jul. de 2018.
- MACEDO, Laura Ferreira. **Responsabilidade Social: A Atuação de uma Organização Pública junto a seus Fornecedores**. Brasília, 2006. 146 p. Dissertação (Mestrado em Administração – Ciência Social e Trabalho) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação (FACE), Universidade de Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1883/1/Dissert%20Laura%20Ferreira%20Macedo.pdf>. Acesso em: 23 de Ago de 2018.
- OLIVEIRA, Bernardo Carlos S. C. M. de; SANTOS, Luis Miguel Luzio dos. **Compras públicas como política para o desenvolvimento sustentável**. Revista de Administração Pública – RAP, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 189-206, jan./fev. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v49n1/0034-7612-rap-49-01-00189.pdf>. Acesso em: 10 de Ago. de 2018.

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Brasília, DF: Senado 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm. Acesso em: 23 de Jul. de 2018.

Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Brasília, DF: Senado 2002. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2002/lei-10520-17-julho-2002-472321-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 23 de Jul. de 2018.

Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Brasília, DF: Senado 2009. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-11947-16-junho-2009-588910-publicacaooriginal-113603-pl.html>. Acesso em: 23 de Jul. de 2018.

SANTOS, Murillo Giordan; BARKI, Tera Villac Pinheiro. **Licitações e Contratações Públicas Sustentáveis**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2011. 298 p.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO APLICADO EM ENTREVISTA REALIZADA COM SERVIDORES PÚBLICOS RESPONSÁVEIS PELO PROCESSO DE GESTÃO DAS COMPRAS SUSTENTÁVEIS REALIZADAS PELO MUNICÍPIO DE CAMAÇARI – BAHIA.

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO PÚBLICA**

Caro Gestor,

Estou enviando questionário de pesquisa, referente a estudo direcionado a analisar o processo de implantação do sistema de compras sustentáveis no Município de Camaçari – Ba, suas dificuldades, vantagens e desvantagens. Este estudo, faz parte do trabalho de conclusão de curso (TCC) do curso de pós-graduação lato sensu em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB).

Certo de contar com vossa colaboração, agradeço antecipadamente.

Em sua opinião, foi importante para o município de Camaçari ter adotado uma política pública de compras de produtos e serviços de natureza sustentável?

SIM () NÃO ()

Justifique sua resposta:

Para você, a adoção da política pública de compras de produtos e serviços de natureza sustentável no município de Camaçari gerou benefícios para a administração pública?

SIM () NÃO ()

Justifique sua resposta:

Para você, a adoção da política pública de compras de produtos e serviços de natureza sustentável no município de Camaçari gerou benefícios para a população local?

SIM () NÃO ()

Justifique sua resposta:

Você e sua equipe tiveram dificuldades na a implantação do Sistema de Compras sustentável na Prefeitura Municipal de Camaçari?

Caso SIM, quais () NÃO ()

Justifique sua resposta:

Em sua opinião, quais outros impactos você identificou com a implantação da política de compras sustentáveis no município de Camaçari?
